

SUMÁRIO

ANDRÉ ORTIZ PIRES

- I Análise econômica do contrato 1

ARTHUR MENDES LOBO

- II O controle judicial da desapropriação por utilidade pública por ofensa ao princípio da razoabilidade 33

EVARISTO ARAGÃO SANTOS

- III Sobre a importância e os riscos que hoje corre a criatividade jurisprudencial 47

GISLENI VALEZI RAYMUNDO

- IV As relações jurídicas entre as entidades de previdência privada fechada, seus participantes e o fundo mutualista e as alterações de seus regulamentos (art. 17 LC 109/2001) 65

HÉLIO RICARDO DINIZ KREBS

- V Plano Collor I: da correta aplicação do índice apurado no mês de abril de 1990 – necessidade de revisão do entendimento exposto pelo voto condutor do Min. Nelson Jobim no recurso extraordinário n.º 206048-8/RS 95

LARA TINOCO LEANDRO HALUCH MAOSKI

- VI Breves considerações acerca da possibilidade de cobrança de taxa de boleto bancário por distribuidoras de medicamentos 111

LUIZ RODRIGUES WAMBIER e RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS

- VII A propósito da proposta legislativa de nova disciplina para o mandado de injunção 123

**LUIZ RODRIGUES WAMBIER e RITA DE CÁSSIA
CORRÊA DE VASCONCELOS**

VIII	O mandado de segurança na disciplina da Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009	137
------	---	-----

PATRICIA YAMASAKI TEIXEIRA

IX	Contratos de compra e venda de soja para entrega futura: breve análise sobre as consequências jurídicas do seu inadimplemento e impossibilidade de revisão	161
----	--	-----

PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA

X	Agravo adesivo ao agravo de instrumento na liquidação e cumprimento de sentença	187
---	---	-----

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

XI	Interpretação da lei e de precedentes – <i>civil law e common law</i> ..	211
----	--	-----

**TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, MARIA LÚCIA
LINS CONCEIÇÃO DE MEDEIROS e PATRICIA
YAMASAKI TEIXEIRA**

XII	A contribuição previdenciária e o vale-transporte pago em dinheiro: uma questão constitucional	227
-----	--	-----

THAÍS AMOROSO PASCHOAL

XIII	A desnecessidade de concordância do devedor para ingresso do cessionário no pólo ativo da Execução do crédito cedido: incidência do art. 567, II, do CPC e inaplicabilidade do art. 42, § 1.º, do CPC.	255
------	---	-----